

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2006

Altera o § 1º do art. 1º da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, modificada pelo art. 6º da Medida Provisória nº 2164-41, de 24 de agosto de 2001, para restringir o acesso a estágio a estudantes que freqüentem cursos de educação superior, de educação profissional ou escolas de educação especial.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O § 1º do art. 1º da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, modificada pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte alteração:

§ 1º Os alunos a que se refere o *caput* deste artigo devem, comprovadamente, estar freqüentando cursos de educação superior, de educação profissional de nível médio ou superior ou escolas de educação especial. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A importância do estágio, instrumento de integração de estudo e trabalho, teoria e prática, é de suma importância. O instituto cumpre o que determinam os artigos 205 e 214 da Constituição Federal de maneira a formar e qualificar o aluno para o mercado de trabalho. Também a Lei nº 6.494, de 4 de dezembro de 1977, que dispõe sobre a matéria, ratifica o estágio como agente desenvolvedor do educando na sua formação e na sua qualificação para o trabalho.

Além disso, deve-se observar que o estágio é instrumento eficaz no combate ao desemprego de jovens. Aqueles que têm a oportunidade de freqüentar estágio, ao disputarem vaga no mercado de trabalho formal, possuem melhor nível de instrução, experiência e vivência em suas atividades.

Dos motivos acima mencionados, torna-se necessária a alteração de forma a restringir o acesso ao estágio àqueles estudantes que comprovem freqüência a cursos de educação superior, de educação profissional de nível médio ou superior ou escolas de educação especial.

A exclusão dos alunos de ensino médio não-profissionalizante é devidamente justificada por, neste caso, não se agregar ao conhecimento prático profissional o domínio teórico.

Outro aspecto que se deve ter em mente é o de que, na forma atual, a legislação termina por permitir o aproveitamento de mão-de-obra não-qualificada, menos onerosa a empresas, em detrimento da valorização do profissional ou daquele que está em processo de qualificação.

Contamos com o apoio dos nossos pares para a aprovação do presente projeto, certos da relevância do tema aqui tratado e da absoluta necessidade de reformulação do aspecto em relevo.

Sala das Sessões,

CÉSAR BORGES